

## As representações do jornal *O Estado de São Paulo* sobre os camponeses do norte goiano entre 1960 e 1985

Bruno Mendes de Jesus<sup>1</sup>, Patricia Sposito Mech<sup>2</sup>

1. Estudante do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins - UFT; \*brunomendesto@gmail.com
2. Orientadora e Professora Adjunta do Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política, UNILA, Foz do Iguaçu/PR

Palavras Chave: *Representações, Ditadura militar, Camponeses.*

### Introdução

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960 as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, durante a ditadura militar (1964-1985), em meados da década de 1970, intensificou-se a criminalização das lutas camponesas. Os movimentos sociais pela reforma agrária foram reprimidos pelo Estado, em defesa dos interesses de oligarquias regionais, detentoras de grandes latifúndios. Os camponeses eram vistos como um risco em potencial, já que, segundo a Doutrina de Segurança Nacional que orientava a ação dos militares, a “pobreza” era também uma ameaça ao regime, na medida em que os pobres poderiam ser aliciados pela ideologia comunista. A imprensa é um espaço importante de difusão, mobilização e generalização de projetos e valores, expressa visões de mundo de grupos que disputam espaços de hegemonia na sociedade. Essa pesquisa propõe abarcar o papel da imprensa no contexto da ditadura, buscando entender a forma como ela representou os camponeses do norte goiano, referenciando tais representações à análise dos grupos que detêm a hegemonia do veículo que é nossa fonte, no contexto de crise da ditadura militar brasileira. E por último, identificar a relação entre imprensa e Estado ditatorial, e os camponeses, no período.

### Resultados e Discussão

De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, a região conhecida como norte goiano (atual Estado do Tocantins) foi à escolhida por grupos guerrilheiros como seu campo de ação, por causa da condição de miséria dos habitantes. Assim, “nas regiões de Dianópolis, Trombas, Taguatinga, Natividade, Porto Nacional, Miracema e Tocantínia agitadores profissionais cumprindo ordens do deputado Francisco Julião, instalaram vários núcleos das Ligas Camponesas, [...] a doutrinação dos camponeses era feita nos moldes dos livros de Che Guevara e Mao Tsé-tung” (*O Estado de São Paulo*, 19/12/1962, p. 32). Ainda segundo o jornal, a Liga Camponesa de Dianópolis, era financiada por uma embaixada estrangeira. Conforme noticiou o jornal *Estado de São Paulo*, o valor estava sendo usado “na instalação do campo de treinamento [...], onde os caminhões para transporte de contrabando de armas foram comprados à vista [...], o jornal comunista ‘A Liga’ recebia dinheiro da mesma fonte [...]. Na residência de um político influente, esperavam as autoridades do DPSS (Departamento de Polícia, Política e Social) encontrar grande quantidade de armas naquele local que deveriam ser encaminhadas para os agitadores de Goiás”. (*O Estado de São Paulo*, 19/12/1962, p. 32). Dentre as reformas de base propostas por João Goulart, a Reforma Agrária se destacava. Conforme Toledo (2004, p.

21), “na luta pela reforma agrária, as Ligas camponesas se associaram às demais organizações políticas progressistas do país – tal como ocorre hoje com o MST – de comícios, passeatas e manifestações no Congresso em defesa das reformas de base”. O avanço das Ligas Camponesas em Goiás aumentou a tensão sobre o comunismo no estado. José Porfírio conhecido pela revolta de Trombas e Formoso e Francisco Julião que discursava a favor da reforma agrária causaram reações nervosas da imprensa nacional. As demandas dos movimentos camponeses estavam ganhando força em todo o país com a mobilização de milhares de trabalhadores, alarmando as elites dirigentes. Nesse contexto, as lutas no campo se acirraram e surgiram duas entidades: o MST - Movimento dos Sem Terra (1984) em defesa dos trabalhadores rurais e a UDR - União Democrática Ruralista (1985) em defesa dos ruralistas. Segundo Weber (2000, p. 156), “governar de modo autoritário exige o controle da sociedade. Se for preciso obter seu consenso, será necessário recorrer ao apoio e à linguagem das mídias”. Para legitimar-se no cenário político brasileiro, “o regime precisava divulgar a ideia de que era absolutamente necessário para garantir a segurança do país e proteger as instituições das investidas dos guerrilheiros” (LIMA, 2009. p. 1-2). A imprensa brasileira comandada pelos setores dominantes da sociedade e alinhada aos militares viu a necessidade histórica de maquinar um golpe de Estado para consolidar a situação política do Brasil.

### Conclusões

As principais empresas jornalísticas no Brasil mantiveram forte aliança com o governo militar, mesmo sofrendo censura. A imprensa que apoiava a ditadura encontrava naquela aliança uma grande oportunidade para empreender seus ambiciosos projetos. Ela envolvia-se no debate político tanto no papel de defensora dos seus valores ideológicos, como no instrumento da política do Estado no enfrentamento aos movimentos sociais, tendo como eixo de atuação a criminalização, desqualificação, distorção e generalização do medo com relação a esses movimentos e suas ações. As opiniões expressas em editoriais e as notícias veiculadas tendiam a construir consensos e legitimar propostas conservadoras contrárias ao ideal revolucionário de qualquer movimento social.

### Agradecimentos

Ao CNPq, a Prof.<sup>a</sup> Patricia Mechi e Prof.<sup>a</sup> Marina Ertzogue.

LIMA, Érico Oliveira de Araújo. *Ideologia e ditadura militar: a imagem do regime construída na imprensa brasileira durante o regime militar no país (1964-1985)*. In: VII Congresso Nacional de História da Mídia. Fortaleza, 2009.  
TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. In: Revista Brasileira de História. 2004, Vol. 24, n.47, p. 21.  
WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.